

O CONCRETO APARECER DO NÃO-APARECENTE NA ARENA OU PARA FALAR ALEMÃO EM PORTUGUÊS: A IMPREVISÍVEL FÓRMULA DE UMA METAFÍSICA PÓS-KANTIANA EM MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS E MACHADO DE ASSIS

THE CONCRETE APPEARANCE OF THE NON-APPEARING IN THE ARENA OR TO SPEAK GERMAN IN PORTUGUESE: THE UNPREDICTABLE FORMULA OF A POST-KANTIAN METAPHYSICS IN MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS AND MACHADO DE ASSIS

Gabriel Loureiro Pereira da Mota Ramos¹

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/cadernosmilovic.v3i2.131>

RESUMO: O artigo propõe uma releitura do ensaio “Notícia sobre a literatura brasileira: instinto de nacionalidade”, de Machado de Assis, afastando-o de uma interpretação meramente histórica ou diagnóstica da formação de uma consciência nacional literária. Sustenta-se que o texto machadiano circunscreve, de modo inaugural no contexto brasileiro, a lógica da negação não-excludente, posteriormente formalizada por Massimo Donà a partir da reflexão do Schelling tardio. Para tanto, o argumento desenvolve-se em dois momentos: inicialmente, delimita-se a estrutura dessa lógica no interior da *Idee des Seyns schellinguiana*, explicitando seu papel estratégico na constituição de uma perspectiva realista fundada na semantização do referente do metá. Em seguida, analisa-se o ensaio de Machado de Assis, evidenciando como a questão da nacionalidade literária mobiliza a negação não-excludente para tornar inteligível o paradoxo de uma literatura que se afirma brasileira precisamente ao não se fechar numa identidade nacional excludente. Duas premissas sustentam a análise: uma de ordem histórica, voltada à recepção inicial do texto, e outra de ordem teórica e filosófica, central para a tese defendida.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis; instinto de nacionalidade; negação não-excludente; Schelling; filosofia da literatura.



1 Mestrando em Filosofia na UFRGS

ABSTRACT: This article proposes a reinterpretation of Machado de Assis's essay "Notícia sobre a literatura brasileira: instinto de nacionalidade", distancing it from a merely historical or diagnostic reading of the emergence of a national literary consciousness. It argues that Machado's text delineates, for the first time in the Brazilian context, the logic of non-exclusionary negation, later formalized by Massimo Donà on the basis of late Schelling's philosophy. The argument unfolds in two stages: first, it outlines this logical structure within Schelling's *Idee des Seyns*, highlighting its strategic role in the constitution of a realist perspective grounded in what is described as the semantization of the referent of the *metá*. Subsequently, the article analyzes Machado's essay, showing how the discussion of literary nationality activates the logic of non-exclusionary negation in order to render intelligible the paradox of a literature that becomes Brazilian precisely by not confining itself to an exclusionary national identity. The analysis rests on two premises: a historical one, concerning the initial reception of Machado's text, and a strictly theoretical and philosophical one, which is central to the proposed thesis.

KEYWORDS: Machado de Assis; instinct of nationality; non-exclusionary negation; Schelling; philosophy of literature.

Introdução: apresentação das duas premissas

No interior do século XIX, é difícil encontrar no Brasil um texto de voltagem especulativa tão profunda como "Notícia sobre a literatura brasileira: instinto de nacionalidade", de Machado de Assis. Proponho neste ensaio que, longe de constituir histórico diagnóstico acerca de uma auroral consciência acerca da brasilidade literária, "Instinto de nacionalidade" circunscreve, até onde vá meu conhecimento, pela primeira vez, a lógica da negação não-excludente, assim batizada e formalizada por Massimo Donà em *L'Aporia del Fondamento* (2000), que naquele momento havia sido apreendida na reflexão do Schelling tardio, mais especificamente nas introduções à *Filosofia da Mitologia* (1847) e à *Revelação* (1839). Meu argumento possui, por isso, dois tempos: primeiro, circunscrevo a lógica da negação não-excludente como estrutura do que Schelling denominara *Idee des Seyns*, logo depois explicitando sua função estratégica na edificação de uma perspectiva realista, que melhor se compreende quando levamos em conta a forma da metafísica schellingiana e sua central operação: o que tenho chamado de semantização do referente do *metá*. Estabelecido isto, passo à análise do ensaio de Machado, e busco enuclear como o argumento acerca da nacionalidade põe em movimento a estrutura

da negação não-excludente, mobilizando-a para tornar visível e inteligível o paradoxo da nacionalidade da literatura, que se torna brasileira ao não ser brasileira. Antes, porém, vale iluminar duas premissas básicas, sem as quais parte da tese aqui proposta resta inteligível ou, quando muito, arbitrária. A primeira premissa é de ordem histórica, e visa contextualizar a constelação intelectual relativa à primeira recepção do texto machadiano. A segunda é de ordem teórica e estritamente filosófica. Dispensável é dizer ser a última a única a interessar-nos.

Premissa histórica: a herança europeia do romantismo brasileiro e a demanda do predado nacional

O contexto intelectual em que se insere o texto machadiano reside no assim chamado Romantismo brasileiro, cuja missão era a de articular pela literatura uma identidade nacional. Na mentalidade romântica que era a nossa, traduzia-se isso na construção de um algoritmo simples: dadas certas marcas formais, tais como a representação de indígenas ou da natureza tropical em poemas ou romances, segue-se a brasilidade como predado em que a literatura, e com ela a cultura, se deixa determinar e articular. Daí por que se pode falar em um *conceito* de literatura brasileira. Tal problemática, engendrada quando do incipiente romantismo brasileiro, emerge como produto de uma parcial e simplificada recepção das teses próprias ao romantismo europeu, por sua vez bastante multifacetado, cujas teses, não obstante tal diversidade, podem ser reconduzidas aos dois países nos quais a reflexão romântica encontrou alturas filosóficas: referimo-nos à Inglaterra e à Alemanha. É no interior da filosofia da linguagem forjada através das reflexões de Herder, Harmann, Schleiermacher e Humboldt (cf. Berlin, 2008; Taylor, 2016), que a problemática da nacionalidade literária e da inconfundível face de uma literatura emerge. Segundo argumentou em detalhes Costa Lima (cf. 2005; 2006), a especificidade do discurso literário coincide com a pioneira reflexão kantiana acerca do juízo estético, central e paradigmática para a geração romântica, conforme aliás tenho demonstrado noutros trabalhos (cf. Ramos, 2024).

Importante aqui é notar ser a independência do discurso literário coincidente com a ruptura desde a gramática clássica, no interior da qual ao verbo literário convinha, a fim de justificar sua mesma existência, *delectare aut prodesse*, conforme rezava o preceito horaciano. Hansen (2011) sublinha, nisso aliás em íntima concordância com a longa reconstrução empreendida

por Luiz Costa Lima acerca dos mecanismos de controle do imaginário ao largo da nascente modernidade, como a tolerância ante o discurso literário dependia de seu estatuto epistêmico, garantido pela noção de *imitatio*, tradução latina da *mimesis*, com a qual a gramática clássica domesticava a potência disruptiva do verbo poético, condenando-o a espelho adornado de verdades eternas. A consciência histórica que a modernidade possui (cf. Koselleck, 2011), impõe-lhe a tarefa de pensar a especificidade dos tempos e, com eles, das nações. É desta constelação intelectual que emerge a obsessão romântica por uma linguagem nacional, à última potência expressa naquele uso singular e inesperado da linguagem que denominamos literatura. O ensaio machadiano fora escrito, com intuito polêmico e irônico, no interior desta constelação conceitual, cujo peso histórico-filosófico não é de ignorar-se. A história de sua recepção espelha, quer-me parecer, a alta voltagem especulativa com que fora concebido, voltagem a que faz par a não menos irônica consciência do paradoxo metafísico pelo qual se deixa marcar a filosofia moderna: é tarefa primeira da filosofia, em seu timbre metafísico, pensar o universal e, pois, o eterno, nela entretanto manifesta-se a consciência acerca da historicidade de todas as coisas, dentre as quais a de si mesma e de sua própria linguagem. A filosofia moderna está, pois, condenada a buscar o eterno através da malha temporal do histórico, de cuja historicidade ela é plenamente consciente. Não debalde é a autoconsciência o ponto de partida das filosofias modernas ditas clássicas (cf. Taylor, 1988; Habermas, 1985). Entramos, com esta consideração, em nossa segunda premissa, não mais apenas histórica. Venhamos à premissa teórica.

Premissa teórica: a condição de possibilidade dos realismos contemporâneos

Durante muito tempo relegado², o edifício tardio da metafísica de Schelling se apresenta como um ensaio *avant la lettre* do que hoje cada vez mais se denomina realismo especulativo – ou novo realismo (cf. Graham,

2 A história da recuperação exegética da metafísica tardia pode ser traçada a partir, sobretudo, dos trabalhos de Schulz (1975), Pareyson (2000) e Tilliette (1976), pioneiros em língua respectivamente alemã, italiana e francesa. Após o importante ensaio de Heidegger dedicado ao *Freiheitschrift*, uma série de autores franceses, heideggerianamente inspirados, dedicaram-se à recuperação da metafísica tardia de Schelling, dentre os quais assoma-se François Courtine (2006, 2016). Vale mencionar, igualmente, a geração de Dieter Henrich (1971) e Manfred Frank (1975), intérpretes do idealismo alemão responsáveis por atualizarem-no ante o panorama pós-estruturalista e analítico, marcadamente influenciado pela *linguistic turn*.

2006; Gabriel, 2011; Ferraris, 2011). Desde a publicação em 2006 de *Après la finitude*, de Meillassoux, parte considerável da filosofia continental tem-se dedicado à revitalização da ontologia e da metafísica, na tentativa de configurar sistemas realistas, com isso superando a ainda forte herança pós-estruturalista cujo anti realismo é marcadíssimo, sobretudo em autores como Foucault e Derrida, a influência dos quais nas humanidades é conhecida por todos que delas se ocupam. Conforme demonstram Lee Braver (1995) e Morre (2011) com detalhes históricos abundantes, a tradição da filosofia continental constitui-se, desde Immanuel Kant, segundo um talhe que convém denominar anti-realista e anti-metafísica, de tal modo aliás que estas notas se relacionam em obediência a uma necessidade lógica: o anti realismo da tradição continental supõe, a partir de Kant, a subversão da precedência do objeto ante o pensar, premissa realista sempre cultivada pela tradição metafísica. Dada a negação desta precedência, que Braver formaliza como A1, segue o primeiro passo em direção à postura anti metafísica, afinal realizada com Hegel, cujo idealismo supera por completo o *caput mortuum* (cf. Beiser, 2008; Bontadini, ano; Žizek, ano) do criticismo transcendental, notadamente a *Ding an sich*, resquício realista e índice de uma *alteridade* do Ser ante o Pensar. Neste sentido, Braver lê o desenvolvimento da filosofia continental, de Kant a Derrida, sob a forma de uma contínua identificação das estruturas do manifestar-se às estruturas do pensar, além do qual nada restaria. Trata-se, vale dizê-lo *en passant*, da conhecidíssima estratégia correlacionista, de que Meillassoux elaborou uma significativa formalização histórico-sistemática no livro já mencionado.

Pois bem, se analisarmos os projetos de Harman (2013), Markus Gabriel (2013, 2015, 2022), Ferraris (2014) e Badiou (1988, 2016), observaremos que comum a todos é a recuperação de uma noção de real que resiste à malha finita do conceitualmente constituído ou fenomenologicamente desvelado. É possível observar como a tese central avançada por cada um destes filósofos, com exceção de Markus Gabriel³, decorre de uma estrutura conceitual genérica, que se pode formular como a disjunção entre Totalidade Manifesta e Totalidade Concreta.

3 Markus Gabriel constitui significativa exceção à regra por força da tese central, sobre que ergue sua proposta ontológica. Referimo-nos à tese da inexistência do Mundo, compreendido como Domínio de todos os Domínios, cuja existência implicaria um conjunto de contradições. Não submeterei a um crítico escrutínio a tese de Gabriel, sublinhando apenas ser a inexistência do Mundo dependente de uma identificação, aliás arbitrária e problematíssima, entre existir e aparecer. Para discussão aprofundada, fazemos referência ao excelente artigo de Moss (2024) e ao trabalho de Cruz (2024).

Ora, a afirmação da disjunção entre a Totalidade Manifesta e a Concreta circunscreve o timbre próprio à tradição da metafísica italiana, segundo gestada primeiro na proposta neoclássica de Gustavo Bontadini (1971) e elevada ao máximo rigor por Emanuele Severino (1957, 1972, 1988). Lida em termos de Alteridade, a disjunção faz signo de uma necessária diferença entre a Arena do Aparecer e o seu Princípio, estabelecido na condição de Referente do metá. Neste sentido, é possível demonstrar como os distintos projetos especulativos contemporâneos, que se compreendem enquanto realistas, supõem a necessidade de um testemunho lógico da Alteridade Real entre Arena e seu Princípio. Este é o caso, para rápida ilustração, de Graham Harman (2013), cuja Ontologia Orientada ao Objeto possui por escopo salvar a autonomia dos objetos evitando destruí-los pelos três procedimentos redutivos do *undermining*, *overmining* e *duomining*, para o que deve pressupor um núcleo real nos objetos, irreduzível às relações em que se encontram, dentre as quais a relação do círculo correlacional (cf. Meillassoux, 2006). Badiou, por sua vez, estabelece a partir de *Logiques des Mondes* (2006) uma concepção de Verdade que a faz fundamentalmente contrária à estabilidade estatal própria à malha epistêmica humana. Ferraris, por sua vez, constrói seu projeto filosófico a partir da diferença entre ontologia e epistemologia, à primeira das quais confere primazia, buscando com isso evitar o pecado da filosofia moderna, desdobrada à luz da redução da ontologia à epistemologia.

Para sumarizar: se as novas propostas ontológicas contemporâneas se consideram realistas, fazem-nos porque lhes é condição de possibilidade, por vezes insciente e muda, a operação metafísica por excelência, formalizada pela tradição italiana sob a fórmula da disjunção entre Totalidade Manifesta e Totalidade Concreta, dependente do que eu denomino o Testemunho Lógico da Alteridade Real do Princípio. Menciono esta situação especulativa porque sua condição de possibilidade conceitual foi por assim dizer antevista e formalizada no que é a operação central da metafísica tardia de Schelling, notadamente a construção da *Idee des Seyns* e a conseguinte afirmação da Alteridade Real entre a Ideia e aquilo de que a Ideia é Ideia, vale dizer o Infinito.

Da aporia da identidade ao testemunho da alteridade real: a metafísica tardia de Schelling

A partir de 1809, com a publicação de *Investigações sobre a essência da liberdade humana*, Schelling torna-se obcecado em superar a aporia que

Hegel, no *Differenzschrift* (1801) e na *Fenomenologia do Espírito* (1807), identificara no Sistema da Identidade: na primeira grande formulação sistemática de Schelling, a grande tarefa do idealismo alemão, a unificação dos domínios teóricos (fenomênico) e prático (noumênico) era realizada pela edificação de dois subsistemas, o Sistema do Idealismo Trascendental e a Naturphilosophie, cuja unidade era articulada no Sistema da Identidade, exposto em vários textos, dos quais se destaca, por sua ambição e tensionamento aporético, a *Darstellung meines Systems der Philosophie* (1801). Erguida como coerente tentativa de preencher as duas exigências à filosofia feitas em seus dois primeiros textos publicados, o *Über die Möglichkeit einer Form der Philosophie überhaupt* e *Vom Ich als Prinzip der Philosophie*, a filosofia juvenil busca levar o empreendimento kantiano, que Schelling compreende formulado à máxima potência na pergunta acerca do Princípio do juízo sintético *a priori*, à última consequência, de forma a assegurar os resultados da filosofia crítica. Quais são tais resultados? Primeiro, a apodítica garantia da validade universal do Saber humano, cuja sistematicidade repousa sobre sua coerência. Em segundo lugar e como consequência do primeiro resultado, a liberdade do Sujeito, capaz de assegurar realidade ao Saber através de sua infinita atividade livre. Para garantir tais resultados, era necessário articular logicamente o Princípio da filosofia, encontrado na Autoconsciência, portanto no Eu, no qual forma (ideal) e conteúdo (real) coincidem e que, por esta razão, deve ser erguido à condição de Absoluto.

Em uma interessante evolução teórica que, de um começo profundamente influenciado por Fichte, passa a progressivamente apreender-lhe os limites, Schelling desdobra, a partir de 1800, o seu próprio original sistema filosófico, cuja aporia haverá de levá-lo a uma ruminação de anos, o resultado da qual será a filosofia tardia. No *Sistema do Idealismo Trascendental* (1800) e na *Naturphilosophie* (1800), observamos a tentativa de demonstrar como a Arena do Aparecer, em suas estruturas generalíssimas e universais, pode ser deduzida do Princípio, de cuja disjunção originária emerge a dialética, que, enquanto forma do juízo sintético, é erguida à Lei da Arena. Em rápida reconstrução, baste-nos observar que Schelling deduz, da disjunção originária na qual o Eu absoluto busca fazer-se objeto para si mesmo, a natureza impossível da necessária tarefa da filosofia, que ele batiza uma *intuição intelectual*. Para evitar os problemas técnicos associados ao termo, é possível traduzir a expressão pelo paradoxo de uma *visão do invisível*. Assim vem ela a explicar-se: dado ser o Eu absoluto infinitamente determinante e, por isso, indeterminável, não pode ele deixar-se apreender

em uma predicação simples, que suporia mediação. Mas ele deve tornar-se objeto para si mesmo, por ser a Autoconsciência a forma do Princípio. Torna-se necessário, por conseguinte, resolver o dilema de uma visão, portanto de uma determinação, do invisível, pois que in-determinável enquanto infinitamente determinante. A resolução fornecida por Schelling é o *devir eterno*, pelo qual o Eu, pondo uma certa constante, nega-se em sua infinitude negando, em seguida, esta negação por intermédio da ultrapassagem contínua de cada uma das fronteiras. Da disjunção originária entre um Eu infinitamente determinante e um Eu infinitamente determinável deriva a intuição intelectual, da qual deriva, imediatamente, a “*unendliche Erweiterung der Schranken*”, sobre que repousa o devir eterno. O mesmo procedimento é repetido na *Naturphilosophie*, com uma simples mudança terminológica, que não esconde porém a identidade conceitual entre os subsistemas. No lugar do Eu, fala-se em “*unendliche Tätigkeit*” a ser reconhecida à natureza, determinada enquanto *natura naturans* e *natura naturata*. Os termos spinozianos fornecem os recursos com que a Natureza, infinita produtividade que busca intuir a si mesma, entrega-se à a um só tempo necessária e impossível tarefa da intuição intelectual:

Möglichkeit der Darstellung des Unendlichen im Endlichen – ist höchstes Problem aller Wissenschaften. [...] Wenn nämlich nur das Endliche äußerlich angeschaut werden kann, so kann das Unendliche in der äußeren Anschauung gar nicht dargestellt werden, als durch eine Endlichkeit, die nie vollendet, d. h. selbst unendlich ist, mit anderen Worten, durch das unendlich Werdende, wo dann die Anschauung des Unendlichen in keinem einzelnen Moment liegt, sondern nur in einem endlichen Progressus erzeugt werden soll (Schelling, p. 331)

A tarefa da filosofia só se deixa resolver através do *devir infinito* (*unendlich Werdende*), no qual se resolve o paradoxo da intuição intelectual *qua* visão do invisível. Os dois subsistemas, portanto, buscam explicar, a partir da rigorosa dedução desde um Princípio, as estruturas generalíssimas da Arena do Aparecer e, com ela, do dar-se do Infinito no finito. Estaria resolvida, assim, a tarefa pós-kantiana, destinada a assegurar os resultados do criticismo kantiano. Ocorre, apenas, um último passo, pressuposto pela estratégia metodológica de Schelling, que prefere expor seu Sistema Total pela prévia construção dos subsistemas, a identidade entre os quais é descrita como um Encontro (*Zusammentreffen*) de Ideal, correspondente ao *STI*, e Real, de que é par a *Naturphilosophie*. Qual o último passo? Simples: é a exposição da Unidade maior responsável por garantir o Encontro de Ideal

com Real, dos quais é o fundamento maior. Este o objetivo do Sistema Total, exposto na *Darstellung meines Systems der Philosophie*.

A tarefa do último sistema consistia em determinar o absoluto como Identidade de idêntico e não-idêntico, ou In-diferença entre os diferentes. Dito de outro modo, o sistema total deveria apreender conceitualmente o Absoluto como fundamento capaz de explicar a identidade formal dos diferentes, do sujeito e do objeto, que se identificavam nos processos genéticos mas diferiam enquanto sujeito e enquanto objeto: identificavam-se, porque a natureza era tão livre e criativa quanto o sujeito, mas diferiam, porque o sujeito difere do objeto, negando-o. O problema é que o Absoluto, no sistema da Unidade, era um grande Nada, a noite hegeliana em que todos os gatos são negros. Por que e como a aporia surge? Ora, ela surge quando o Infinito, Fundamento capaz de explicar a infinitude dos finitos, é finitamente articulado, com isso negando abstratamente os fundamentados. O Absoluto, enquanto pura identidade, deveria dar razão (lógon didonai) da existência fenomenologicamente evidente do finito, lida especulativamente na *diferença* entre Ideal e Real. Na condição de Unidade de Idêntico e Não-idêntico, o Absoluto deve explicar a existência da diferença entre Diferença e In-diferença para estabelecer-se, afinal, enquanto In-diferença dos dois. Ocorre que a descrição conceitual oferecida na *Darstellung* tem como imediato efeito negar a realidade dos finitos, ao negar a existência de qualquer diferença *real*, identificada terminologicamente com a diferença *qualitativa*, deduzindo-a da simples diferença quantitativa. Como observaram Croci (2016) e Beiser (2008), tal impasse aporético explodia quando a Identidade Absoluta, cuja tarefa é a de fornecer o Fundamento da Arena circunscrita pelos subsistemas, termina por negá-la, com isso negando seu próprio estatuto de Fundamento: se não há nada a ser fundamentado, o Fundamento não *se* é, isto é, não é Fundamento.

A partir de 1809 Schelling busca superar esta aporia, articulando infinitamente o infinito. A *Introdução à Filosofia da Mitologia* apresenta-nos a resolução da aporia, preparada pelas meditações das *Weltalter* (1811) e das *Erlangenvorlesungen* (1821). E como o fazem? Da seguinte forma: é necessário explicar a Totalidade Manifesta da inteligibilidade desvelada, que denominaremos a Arena do Aparecer, cujo variar atesta um constante enriquecimento. O variar da Arena do Aparecer é imprevisível, e por isso possui natureza acontecimental: é um *Geschehen*. No humano, este aparecer acontecimental torna-se *Geschichte*, e a mitologia atesta esta história acontecimental do aparecer. Ora, a metafísica articula-se como

indagação do Fundamento desta Arena do Aparecer, interpretada ora como falha porquanto marcada pela validade parcial do Princípio de Não Contradição, ora festejada como domínio do puro devir. Lendo-a como a Arena do Aparecer em que aparece a natureza acontecimental do Aparecer, *Geschichte* do *Geschehen*, Schelling rearticula a metafísica, a *Wissenschaft*, como a tentativa de testemunhar logicamente o Fundamento da Arena do Aparecer, sem desta vez fundamentar de forma abstrata o que concretamente se oferece como a legibilidade do Mundo. Dito em linguagem hegeliana: trata-se de fundamentar a legibilidade diurna sem reduzir a inteligibilidade do dia ao vazio de uma noite em que nada se vê nem se lê. Como Schelling enfim o faz? Pela chamada dialética das potências, que visa circunscrever as estruturas genéricas da Arena do Aparecer a fim de, por elas, articular o Fundamento da mesma Arena: a dialética se dá como sequência de três potências, as quais constituem os componentes de um Juízo.

Se o fundamento é o Infinito, o Juízo deverá construir-se como: o Infinito é o Infinito. A primeira potência é o Sujeito, que se oferece como o imediato candidato a ocupar o lugar de Fundamento, e no primeiro momento especulativo supomos que isso basta, e, diante da pergunta “o que é o Fundamento”, dizemos: Infinito. Contudo, o simples e puro sujeito destituído de predicado ainda nada diz – ele é apenas o fundamento, *Grund*, de uma ulterior predicação, esta sim capaz de circunscrever o perfil do sujeito por intermédio do predicado. O Sujeito, em puro isolamento, é o Uno sem relação – indizível e impensável. Se ele for o Fundamento, então estaremos uma vez mais naquela situação aporética, em que o Fundamento nega abstratamente o que deve ser fundamentado: o Infinito ilegível destrói a legibilidade acontecimental da Arena, e torna-se por isso inelegível. Necessário ir adiante ao Predicado, que se oferece como segundo candidato: o Predicado se coloca como o Outro do Sujeito, e, se o Sujeito era pura possibilidade de determinação, enquanto tal indeterminado, o Predicado apresenta-se como o puro determinar, como o ato da determinação. Ora, o ato da determinação deve, para constituir-se como o que é, possuir um determinável sobre que possa incidir, a fim de dizer-se o determinante de um determinável que se torna, em conjunção com o predicado determinante, o determinado. Isso significa, então, que o determinado é a condição de possibilidade do determinante e, portanto, o seu, do determinante, determinante.

Schelling apresenta esta relação como uma troca eterna de sinais: o indeterminável apresenta-se como pura negatividade, por ser impensável, enquanto o determinante, na condição de ato puro da determinação, é

grafado como positivo, por fornecer perfil e tornar inteligível – ocorre que, como acabamos de ver, a negatividade do puramente determinável torna-se, quando determinado pelo determinante, ele mesmo determinante do determinante, de forma que os sinais se invertem, e o Sujeito, antes pura indeterminação, determina ao ser determinado o Predicado, que agora apresenta-se como o responsável por negar a pura possibilidade do Sujeito determinável, razão por que é grafado com sinal negativo. Mas o encontro e a inversão de sinais entre Sujeito e Predicado não ocorre em um determinado tempo por força de algum fenômeno: ao contrário, a tentativa de articular as estruturas generalíssimas da Arena do Aparecer é, lembremos, a tentativa de testemunhar logicamente a forma do Fundamento, o qual é eterno. Ora, isso significa que o encontro de Sujeito e Predicado é igualmente eterno, eterna sendo, por isso, a inversão de sinais. E o que pronuncia este eterno encontro e esta eterna inversão senão a cópula, o verbo ser, dito por Schelling terceira potência?

Construída em sua versão final, a Ideia, isto é, a Forma da Arena é expressa pelo Juízo: o Infinito é Finito. Mas este Juízo parece representar uma simples contradição, como a dizer que o sim é não. Para evitar a contradição é necessário então observar que esta é apenas a primeira parte da fundamentação da Arena, porque a Ideia não é já o Fundamento, mas a Face do Fundamento, cujo perfil ela demarca. Schelling expõe esta diferença entre a Ideia, a que chegamos pela dialética das potências, e o Fundamento por intermédio da expressão “das was das Seyende Ist”, em que o *É* maiúsculo designa um uso altamente improvável do verbo ser, conferindo-lhe transitividade direta. Schelling é forçado a fazê-lo para exprimir como, uma vez observada a insuficiência de cada potência para responder à pergunta “o que é o Infinito?”, cada uma delas cessa de ser apenas Sujeito para tornar-se Predicado do Outro de Si, a mesma coisa ocorrendo com a Ideia, que, de Princípio, passa a tornar-se Signo, cuja função é *apontar* para seu Referente – que a *É*:

Aber das Ganze, das sich im Gedanken mit Nothwendigkeit erzeugte, dieses wird wohl das Seyende seyn? Ja, aber im blossen Entwurf, nur in der Idee, nicht wirklich. Wie jedes einzelne Element das Seyende nur seyn kann, so ist das Ganze zwar das Seyende, aber das Seyende, das ebenfalls nicht Ist, sondern nur seyn kann. [...] Zur Wirklichkeit wird es erst dann erhoben, wenn Eines oder Etwas Ist, das diese Möglichkeiten ist, die bis jetzt bloss in Gedanken reine Noemata sind. Dieses aber, was diese Möglichkeiten Ist, kann begrifflicherweise nicht selbst wieder eine Möglichkeit seyn. {...}; es kann nicht auf gleicher

Linie mit dem seyn, welchem es Ursache des Seyns ist, sondern gehört einer ganz andern Ordnung an. (Schelling, 1985/1847, p. 337)

Ora, esta é a precisa forma da metafísica antiga rearticulada em alto estilo: a Arena do Aparecer é o índice mesmo do que, por ser dela o Fundamento, não Aparece como um aparente mas que deve, claro, aparecer enquanto o Fundamento não-aparecente, porque a Arena, em seu mesmo variar, aponta para o Fundamento do Aparecer. Temos, depois de construir pela dialética das potências a Ideia do Ser logicamente articulada pelo Juízo “o Infinito é Finito”, uma nova relação, que espelha a primeira, como se se tratasse de uma Ideia da relação entre a Ideia e o que não é Ideia: a relação entre Sujeito e Predicado apresenta-se como mimesis da relação entre Arena e Fundamento da Arena, isto é entre Aparecer e Não-Aparecente, de tal modo que, se a Ideia fora testemunhada logicamente pelo Juízo “o Infinito é Finito” e se esta relação de segundo grau fundamenta a forma da Ideia como estrutura da Arena, deveremos dizer que “o Infinito é Finito” *porque* o “Finito é Infinito”. Este Paradoxo, que convém escrever com maiúscula para sublinhar-lhe a ontológica valência, é denominado por Schelling a “*die absolute Idee*”. Na primeira proposição, Infinito designa o Fundamento não-aparecente, e o Finito possui por referente a Arena, cuja lei é a de negação, explicitada na constante inversão de sinais entre Sujeito e Predicado. Na segunda proposição, vemos o resultado da primeira, isto é, o *infinetizar-se do Finito, o tornar-se idêntico, por parte da Arena, ao seu mesmo Fundamento* – vemos, isto é, uma mimesis especulativa, capaz enfim de explicar a natureza acontecimental do Aparecer, objeto de nossa primeira indagação.

O resultado desta nossa primeira especulação fora notado na metafísica italiana por Massimo Donà (2000) como negação não-excludente, assim dita porque a identidade produzida entre Finito e Infinito nega, sem excluir, o Outro de si, afirmando-o e *sub eodem* negando-o. Por que esta é a forma de um realismo contemporâneo fora já apontado ao começo de nosso ensaio, agora restando-nos apenas vislumbrá-la em funcionamento no texto machadiano. Como e onde? Precisamente quando, considerando o desejo de criar uma literatura independente, observa Machado que tal ânsia por nacionalidade literária resulta em obras pobres e simples, nas quais a brasilidade se estampa pela vulgaridade das imagens, cuja cor local é reputada suficiente para verter a brasilidade como sujeito. Para fazê-lo, convém passar à seção final de nosso texto.

Negar sem excluir ou ser escocês sem dizer palavra do cardo: o paradoxo da nacionalidade

Saídos da floresta germânica de Schelling, convém retornar à brasílica pátria pelas palavras iniciais do ensaio machadiano:

Meu principal objeto é atestar o fato atual; ora, o fato é o instinto de que falei, o geral *desejo* de criar uma literatura mais independente. Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura (ASSIS, 1962, p. 802, grifo meu).

A tacada é de gênio: caso fosse possível examinar todas as condições de possibilidade para a nacionalidade literária, seria por aí mesmo necessário fazer da nacionalidade um sujeito passível de predicação exaurível e finita. Dito de modo grosseiro, seria possível encontrar o algoritmo da nacionalidade literária, pelo qual o sujeito *literatura* e o predicado *bra- sileira* se uniriam em um Juízo no qual o primeiro se reduziria ao segun- do – de modo a cristalizarem-se ambos os polos em uma relação morta, da qual está banido todo movimento, pois a autonomia de um sobrepujou o outro. Trata-se aqui daquela exata mesma situação especulativa própria à dialética das potências, em que o Sujeito, para ser-se a si mesmo, demanda o Predicado, a que não se reduz, porque, conforme vimos, uma vez pelo Predicado determinado torna-se o determinante de seu mesmo determinante, sem, por aí, reduzi-lo a si, porquanto ao tornar-se determinante do determinante não cessa de ser o infinitamente determinável, aliás aparecendo enquanto tal só e somente só sob a condição de determinante de seu próprio determinante. Machado chama a atenção para o fato de que a brasilidade da literatura não pode ser expressa numa só tacada em predicados simples, identificados por ele à cor local, porque isso implicaria o empobrecimento, isto é, a redução da infinitude do sujeito à finitude do predicado. A infinita possibilidade do sujeito “literatura” se tornaria finito se a brasilidade do predicado “brasileira” consistisse numa redução simples do Sujeito ao Predicado, nos termos de Schelling. Machado resolve tal situação ao introduzir, e este é o passo final do ensaio, a figura importantíssima de “um certo sentimento íntimo”, responsável por funcionar como terceiro termo entre o sujeito “literatura” e o predicado “brasileira”, de sorte a manter a infinitude de ambos pela contínua troca de sinais:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. Um notável crítico da França, analisando há tempos um escritor escocês, Masson, com muito acerto dizia que do mesmo modo que se podia ser bretão sem falar sempre do tojo, assim Masson era bem escocês, sem dizer palavra do cardo, e explicava o dito acrescentando que havia nele um *scotticismo* interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial (ASSIS, 1962, p. 804).

Observe-se que o sentimento não é apenas íntimo, senão que é um “certo sentimento íntimo”. A adjetivação possui sua razão de ser, ao sublinhar a necessária indeterminação em que resta o sentimento, o qual, contudo, se expressa necessariamente nas obras, as quais funcionam assim na condição de predicado. Ora, expressando o certo sentimento íntimo as obras, cuja forma é linguística e por tal obediente ao princípio da diferença determinante que demarca o predicado enquanto puro ato de determinação, trazem a lume o sentimento que, embora determinado e por isso iluminado, não cessa de ser *um certo*, não por isso se torna menos íntimo, mantendo-se, isto é, na indeterminação que é a sua, aliás revelando-se enquanto aquele determinado que, determinando seu próprio determinante enquanto um determinável, determina-se a si mesmo como indeterminável, garantindo por aí a infinitude de ambos. Para concluir, se a hipótese de leitura estiver correta, isso significa que a reflexão machadiana, destinada a diagnosticar a situação da literatura brasileira a ele contemporânea, mobiliza um arsenal lógico, cuja isomorfia com a dialética das potências de Schelling possui por resultado uma reflexão robusta acerca da validade ontológica da forma literária, que, ao incidir sobre um dado fenômeno manifesto, por exemplo a brasilidade, o faz de modo a infinitizar o finito que cada fenômeno ao primeiro olhar parece ser.

Mais do que mero adorno, a forma literária, cujo paradigma é a metáfora, revela-se o necessário encontro de duas negações, de cuja síntese emerge uma paradoxal positividade. A determinação, vimos, in-determina por força de seu referente, cuja invisibilidade deve vir à Arena da visibilidade sem cessar, por aí, de ser invisível. As reflexões recentes de Blumenberg (ano), Costa Lima e Graham, tendem a ver na metáfora uma estrutura paradoxal, demarcada como a predicação realizada entre dois termos, a regra para síntese dos quais não está dada. Neste sentido, a metáfora

conjuga dois entes, visíveis ambos à Lei da linguagem, por uma regra que, ela mesma invisível por inesperada, permite a emergência da invisibilidade do sujeito pela visibilidade do predicado. A operação machadiana articula um maquinário lógico-ontológico que, possuindo seu *pendant* na tardia metafísica de Schelling, ainda hoje aguarda oponentes à altura. Talvez o paradoxo da brasilidade seja, através do testemunho que lhe oferece Machado, o primeiro necessário passo em direção ao reconhecimento de uma filosofia brasileira, cujo timbre, paradoxal conforme vimos, espelha a aporia do Princípio ela mesma. Talvez a metáfora, afinal, não seja exclusivamente problema de teoria literária, e, se a determinação in-determinante do in-determinável circunscreve a forma com que o Não-Aparecente *aparece* na Arena do Aparecer, é ao menos pensável que, sobre a face de todo aparessente, a repropor-se seja aquele infinito meta-phórein. Um ir e vir entre visível e invisível que pronuncia, enfim, a metaforicidade originária de tudo.

Referências

- BADIOU, Alain. *L'Immanence des Vérités*. Paris: Fayard, 2017.
- BADIOU, Alain. *L'être et l'événement*. Paris: POINTS, 1988.
- COSTA LIMA, Luiz. *Limites da Voz*: Montaigne, Schlegel, Kafka. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006
- COSTA LIMA, Luiz. *Sociedade e discurso ficcional*. In: Trilogia do Controle. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- COSTA LIMA, Luiz. *Frestas: a teorização em um país periférico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- COSTA LIMA, Luiz. *Mímesis: desafio ao pensamento*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014
- COSTA LIMA, Luiz. *Mímesis e arredores*. Curitiba: CRV, 2017.
- COSTA LIMA, Luiz. *Limite*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2019.
- CRUZ, G.. "The World in Paradox: The Ontology of Fields of Sense and The Outlines of Paradoxism". *Das Questões*. vol. 19, n.1. pp.137-164.
- DELANDA, M; HARMAN, G. *The rise of realism*. Cambridge: Polity

Press, 2017. ENNIS, P. "Editorial" in ENNIS, P. (org) *Speculations I*. California: Punctum books, 2010. pp.5-8.

FERRARIS, M. *Documentality: Why is it Necessary to Leave Traces*. Trad. DAVIES, R. New York: Fordham University Press, 2013.

FERRARIS, M. *Goodbye Kant! What still stands from the critique of pure reason*. Trad. DAVIES, R. New York: New York University Press, 2013.

FERRARIS, M. *Hysteresis: The External World*. Trad. SANCTIS, S. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2024.

FERRARIS, M. *Introduction to New Realism*. Trad. SANCTIS, S. Londres: Bloomsbury, 2015a.

FERRARIS, M. *Manifesto of New Realism*. Trad. SANCTIS, S. New York: New York University Press, 2014.

FERRARIS, M. *Positive Realism*. Trad. SANCTIS, S. Winchester, Washington: Zero Books, 2015b. FERRARIS, M. "Sistema do hiper-realismo transcendental." in GABRIEL, M. *O sentido da existência. Para um novo realismo ontológico*. Trad. BETHONICO, B. R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp.11-20.

FERRARIS, M. *Fields of Sense: A new realist ontology*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2015.

FERRARIS, M. *O sentido da existência. Para um novo realismo Ontológico*. Trad. Bernardo Romagnoli Bethonico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016b.

FERRARIS, M. "O ser mitológico da reflexão: Um ensaio sobre Hegel, Schelling e a contingência da necessidade" In GABRIEL, M. ZIZEK, S. *Mitologia, Loucura e Riso. A subjetividade no idealismo alemão*. Trad. Silvia Pimenta Velloso Rocha. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012. pp.29-165.

FERRARIS, M. *Porque o mundo não existe*. Trad. Markus Hediger. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016a.

FERRARIS, M. *Sense, Nonsense & Subjectivity*. Cambridge: Harvard University Press, 2024a.

FERRARIS, M. *Transcendental Otology: Essays in German Idealism*. New York: Continuum Studies in philosophy, 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Der philosophische Diskurs der Moderne*. Frankfurt

am Main: Suhrkamp Verlag, 1985.

HARMAN, G. *Guerrilla Metaphysics: Phenomenology and The Carpentry Of Things*. Chicago & La Salle: Open Court, 2002.

HARMAN, G. “Foreword” In. FERRARIS, M. *Manifesto of New Realism*. New York: New York University Press, 2014. pp.ix-xii.

HARMAN, G. *O objeto Quádruplo: uma metafísica das coisas depois de Heidegger*. Trad. PINHO, T. Rio de Janeiro: Editora Eduerj, 2023a.

HARMAN, G. *Object-Oriented Ontology: A New Theory of Everything*. Louisiana: Pelican publishing company, 2018a.

MEILLASSOUX, Q. *Após a Finitude: Ensaio Sobre a Necessidade da Contingência*. São Paulo: 7 letras, 2022.

MOSS, G. S. “Transcending Everything” In GABRIEL, M; PRIEST, G. *Everything and Nothing*. Cambridge: Polity Press, 2022, p.153-189.

SCHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph. *Die Weltalter*. In: *Ausgewählte Schriften*, Band 4. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1983.

SCHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph. *Die Philosophie der Mythologie*. In: *Ausgewählte Schriften*, Band 5. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1983.